

DIA DO DESALENTO

DESEMPREGO ALTO, SALÁRIO ESTAGNADO, FORMALIDADE NO RODAPÉ, REFORMA TRABALHISTA, PIB TÍMIDO...
UM 1º DE MAIO SEM MOTIVOS PARA COMEMORAÇÕES

por ANDRÉ BARROCAL

Na eleição de 2014, o brasileiro foi às urnas em clima de pleno emprego e grana no bolso. O Dia do Trabalho tinha chegado após o mês de abril registrar a maior renda mensal até então, 2.180 reais. Nas estatísticas oficiais, nunca tão pouca gente havia desistido de procurar trabalho quanto no fim do segundo trimestre, 1,47 milhão de pessoas. A desocupação chegaria à menor taxa da história nacional em dezembro, 4,3%. O total de trabalhadores com carteira assinada rondava níveis altos para os padrões locais. Quatro anos depois, a julgar pelo mercado de trabalho, o eleitorado vai escolher o próximo presidente de um país que lembra apenas vagamente aquele de 2014.

Estes senhores
dizem que
está tudo bem

Diante do que se viu desde a última eleição, cabem neste 1º de Maio homenagens às avessas a uma governante saída do trabalhismo, Dilma Rousseff. Com a política econômica ortodoxa adotada logo após reeleger-se e o funcionário de banco Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, Dilma iniciou o desmonte do mercado de trabalho. Um serviço completado depois do *impeachment* por seu

vice “decorativo”, Michel Temer, prestes a fazer dois anos no posto. O presidente reforçou a dose do purgante com o banqueiro Henrique Meirelles à frente de um tal *dream team* na equipe econômica e emplacou uma reforma trabalhista que barateia o brasileiro, mas ainda não foi capaz de produzir resultados nem otimismo. Os frutos dessa política econômica?



LULA MARQUES E RODOLFO BUHRER/ILA IMAGEM/FOTORENA



No fim de 2017, o País tinha 4,3 milhões de pessoas no desalento, aquela situação em que se para de procurar ocupação por acreditar que não adianta. Um recorde, conforme as estatísticas oficiais, as do IBGE. Daquele total, 60% moram na região mais pobre, o Nordeste. Para não ficar parados, 82% dos brasileiros topam uma vaga pior que a desejada, segundo uma pesquisa do fim do ano passado de uma agência online de empregos, a Catho. A taxa de desempregados caiu de 12,6% para 11,8% em 2017, mas sobe de novo em 2018 e, em fevereiro, voltou aos 12,6%. São 13,1 milhões de pessoas nessa condição. Na Região Metropolitana de São Paulo, a mais rica, o Dieese identificou desemprego de 14%, nível igual ao de 2016 e 6 pontos acima do de 2014. Hoje em dia, no Brasil, quem consegue uma vaga em geral precisa aceitar salário menor. De 2016 para 2017, a renda de quem trabalha caiu 2%, para 2.178.

Outra para a lista de realizações da ortodoxia: as vagas com carteira assinada, de melhor qualidade, a garantir férias, 13º e FGTS, estão no nível mais baixo já visto nas estatísticas do IBGE, 33,1 milhões em fevereiro. E o que vem pela frente com a reforma trabalhista não deve mudar lá muito esse quadro. A lei em vigor desde novembro estimula e legaliza o emprego precário. Pode-se contratar mão de obra pagando por tempo, em categorias de emprego chamadas de “parcial” e “intermitente”. Estas não são acompanhadas de contribuição ao INSS ou FGTS, nem sequer de férias, dependentes da vontade do empresário. E nem assim elas despontam na quantidade e rapidez imaginada por Temer ao propor a reforma, vendida por Meirelles como um grande feito, em uma palestra na segunda-feira 23 na Amcham, a Câmara Americana de Comércio. De novembro a março, foram abertas 20 mil vagas por tempo, enquanto fecharam 145 mil do tipo CLT.

Dilma iniciou
o desmonte do mercado
de trabalho graças
a Joaquim Levy

“A carteira assinada não é mais referência sobre o mercado de trabalho e o vigor da economia. Quando o empresário contratava com carteira assinada, que é um emprego que custa mais, era sinal de confiança na economia. Perdemos esse parâmetro”, diz o economista João Sicsú, professor da UFRJ e ex-diretor do Ipea. A queda das contratações na velha CLT permite imaginar, no entanto, que “o empresário sabe que vigor econômico propalado por aí não existe”. E, com base em outros indicadores, como consumo de energia, movimento nos pedágios e vendas de papelão usado em embalagens, Sicsú decreta: “O PIB do primeiro trimestre vai ser um desastre”.

As instituições financeiras consultadas toda semana pelo Banco Central já ajustam suas previsões para o PIB de 2018. De agosto a fevereiro, suas estimativas não pararam de subir. Agora já caem, estão em 2,7%. Um patamar que, mesmo concretizado, é pífio para dar conta das necessidades dos brasileiros, 44% dos quais pretendem escolher como futuro presidente alguém que priorize educação, saúde, segurança e desigualdades, conforme uma pesquisa Ibope divulgada em março pela CNI, a confederação da indústria.

E, se o PIB já não entusiasma, a reforma trabalhista tende a piorar as coisas, com seu potencial de reduzir a renda das pessoas, analisa o presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva. “O Brasil vive um problema econômico clássico: não há consumo, por isso as empresas não investem, preferem deixar o dinheiro no sistema financeiro. Nossas empresas viraram bancos.” No Rio, onde mora e trabalha, Leonardo surpreende-se com



**OS PATRÕES
PODEM OBRIGAR
AS GRÁVIDAS
A TRABALHAR EM
LUGAR INSALUBRE.
DONOS DE
RESTAURANTE
PODEM MORDER
PARTE DAS
GORJETAS**

DESEMPREGO ALTO, SALÁRIO ESTAGNADO

Feliz 1º de Maio...

RENDA MENSAL MÉDIA (EM R\$)		DESEMPREGO MENSAL MÉDIO (EM %)	
1.809	2003	11,4	LULA
1.787	2004	11,4	
1.815	2005	9,8	
1.888	2006	10	
1.949	2007	9,9	
2.015	2008	7	
2.080	2009	8	
2.157	2010	6,7	
2.215	2011	5,9	DILMA
2.068	2012*	7,3	
2.128	2013	7,2	
2.150	2014	6,8	
2.153	2015	8,3	
2.103	2016	11,2	DILMA E TEMER
2.153	2017	12,7	TEMER
2.181	2018	12,4	

Fonte: IBGE

*A partir deste ano, houve mudança metodológica

o aumento de camelôs e pessoas dormindo na rua. Segundo ele, muita gente que mora longe do Centro, como porteiros, dorme na rua durante a semana, só volta para casa na sexta, para economizar a grana do ônibus. “Sem mercado interno, o Brasil não tem como crescer.”

Crescimento e distribuição de renda no País têm sido historicamente puxados por uma combinação de geração de emprego e valorização do salário mínimo, na avaliação do economista André Calixtre, mestre em Economia Social do Trabalho. Assessor especial do Ministério do Trabalho no fim do governo Dilma, ele faz uma análise crua do ocorrido no mercado de trabalho. Reeleita, Dilma cortou o gasto público, num ajuste ortodoxo. Foi um sinal aos empresários de tempo difícil à frente, eles pararam de repor trabalhador despedido. Com um agravante para

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

os demitidos: em meio à crise, o governo dificultou o acesso ao seguro-desemprego. Resultado: destruição de 1,5 milhão de vagas CLT em 2015. A crise do emprego parecia localizada em certos setores, diz Calixtre, como os atingidos pela Operação Lava Jato. Levy comandou então outra etapa do ajuste, o aumento de tarifas públicas. A crise localizada tornou-se um problema sistêmico no mercado de trabalho. Resultado: destruição de 1,3 milhão de vagas CLT em 2016.

Desde a posse definitiva de Temer no Palácio do Planalto, o Brasil ganhou 1 milhão de desempregados. Eram 12 milhões em agosto de 2016, hoje são 13,1 milhões, com recorde de 14,2 milhões em março de 2017. As dispensas aos montes desde 2015 atingiram em cheio o setor de serviços, principal motor da economia e reduto de emprego, daí que a inflação do setor tem estado baixíssima. O que deixa um certo consolo no ar. “A composição, a qualidade do mercado de trabalho vem piorando”, afirma André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos. “Se persistir a crise no mercado de trabalho, teremos parte significativa da inflação ao consumidor controlada e, assim, espaço para juros baixos ao longo do ano todo.” Um espaço que tende a aumentar, diz, em razão da reforma trabalhista.

Desde a segunda-feira 23, a nova lei



Não há consumo e as empresas optam pelo rentismo, diz Wellington Leonardo da Silva. A qualidade do trabalho vem piorando, afirma André Perfeito



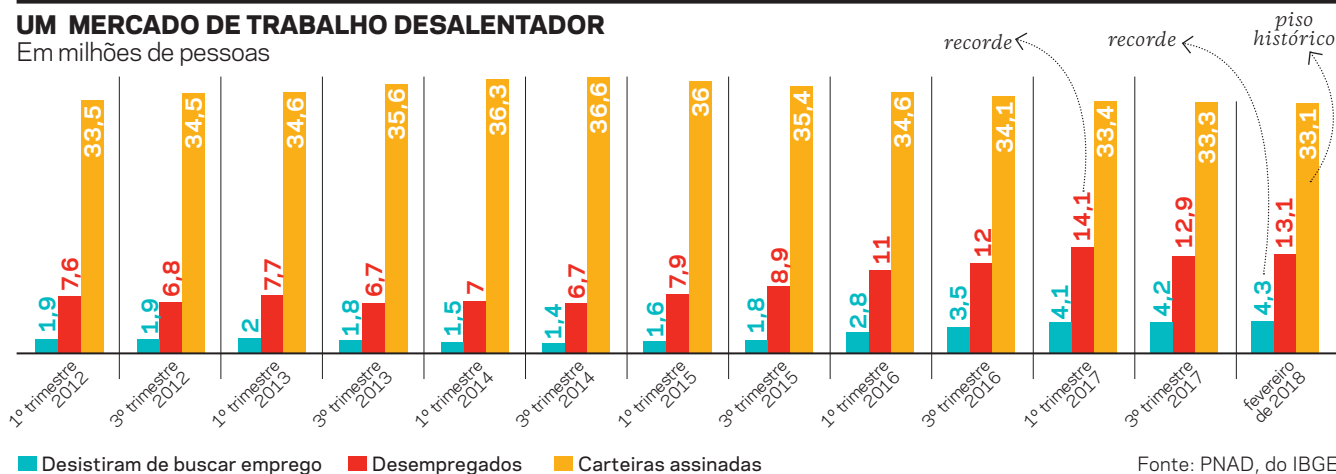
está em vigor absoluto, sem qualquer alívio, já que perdeu o prazo de validade de uma medida provisória assinada por Temer, a 808, para suavizá-la um pouco, abrandamento prometido pelo presidente durante a votação da reforma no Senado, em julho de 2017. Os patrões devem estar exultantes. Podem botar mulher grávida para trabalhar em lugar insalubre, por exemplo. Contratar mão de obra para trabalhar 12 horas e descansar

36 sem precisar negociar com sindicato. O dano moral que vierem a pagar por ordem judicial será calculado com base no último salário do assediado (pior para os mais pobres, que ganham menos). Os donos de restaurantes poderão morder parte das gorjetas. E por aí vai.

Um dispositivo particularmente importante da reforma ainda pode caducar, a depender de um julgamento no Supremo Tribunal Federal marcado para 3 de maio. Logo após Temer sancionar o enterro do legado varguista, a Procuradoria-Geral da República foi ao STF contra obstáculos impostos a trabalhadores dispostos a processar patrão ou ex-patrão. Uma Lei de 1950 e o novo Código de Processo Civil, de 2015, garantem aos mais pobres o direito à Justiça grátis, eles não precisam pagar advogados nem custas processuais. Com a reforma, quem perde a ação trabalhista paga uns 10% do valor da causa. A reforma, diz a ação, produz “intensa desregulamentação da proteção social do

UM MERCADO DE TRABALHO DESALENTADOR

Em milhões de pessoas



trabalho”, “a maior parte delas com redução de direitos materiais”.

Curiosamente, a Ação nº 5.766 foi assinada pelo então PGR, Rodrigo Janot, em 24 de agosto, data em que Getúlio Vargas encomendou o próprio enterro ao suicidar-se. Ela foi preparada por várias mãos, e até gente da área trabalhista colaborou, na certeza de que os obstáculos seriam tão inconstitucionais que não haveria como perder no Supremo. O que os autores não esperavam é que o caso caísse com o juiz provavelmente mais neoliberal do STF. Em maio de 2017, Luís Roberto Barroso participou em Londres de um evento organizado por universitários brasileiros e pregou a necessidade de uma reforma trabalhista. Disse que o Brasil seria pátria de espantosos – inverossímeis seria uma palavra melhor – 98% das ações trabalhistas do planeta. Até citou um banco que teria deixado de operar aqui ao se dar conta de que a operação no País rendia 1% de sua receita global e 93% dos processos trabalhistas. Barroso entende de banco. Como advogado, defendeu o Itaú por anos.

Na palestra, o juiz afirmou ainda que “é barato demais litigar no Brasil”. A reforma encarece litigar. Os comentários londrinos de Barroso deveriam torná-lo automaticamente impedido de julgar a ação da PGR, por ele ter convicção predefinida. Mas não só julgará, como é o relator. Não surpreende que tenha

**“EM 2018,
O MERCADO DE
TRABALHO VAI
ANDAR DE LADO,
COMO O PIB”,
AFIRMA CLEMENTE
GANZ LÚCIO,
DIRETOR DO DIEESE**

se recusado a conversar com advogados que queriam tratar do caso em nome de entidades de trabalhadores. Numa das raras aberturas, o juiz soube que, na Inglaterra, a mais alta corte invalidou, não faz muito, uma lei que também tinha criado empecilhos a processos trabalhistas. Não deu a mínima.

Por que o interesse do empresariado e seus porta-vozes no governo e no Congresso (no Judiciário?) em impor barreiras a que os brasileiros recorram à Justiça do Trabalho? Em um programa da GloboNews exibido em 29 de março, o advogado Victor Tainah, chefe da área jurídica da Firjan, a federação das indústrias do Rio, reclamou: “A gente vive num País onde o contrato de trabalho é discutido no momento de

sua rescisão, e não no da sua assinatura”. No mesmo programa, o economista José Márcio Camargo, da PUC-Rio, um reduto neoliberal, seguiu nessa toada. “A Justiça do Trabalho é muito poderosa”, “o contrato de trabalho no Brasil não vale nada, só vale quando o sujeito é demitido e o juiz vai lá e...” Em suma, quando acionado, um juiz do trabalho mandava cumprir a lei e pagar direitos a uma pessoa despedida que tinha sido contratada sem eles.

Explicado, portanto, por que as ações trabalhistas por rescisão contratual são o assunto campeão de processos no Judiciário. Representaram 11,5% dos 50 milhões dos casos levados aos tribunais em 2016, segundo o Conselho Nacional de Justiça, o CNJ. Levantamentos preliminares indicam que o número de ações trabalhistas despencou desde a vigência da reforma, embora haja dúvida se isso não poderia ter sido causado por uma corrida aos tribunais às vésperas de uma nova lei vigorar. Um exemplo real: um advogado defensor de um médico ruminou, ruminou e acabou por ir à Justiça na undécima hora antes da reforma e pedir 3 milhões de reais para seu cliente ao antigo patrão deste. Agora respira aliviado, se perdessem a causa na nova regra, teriam um papagaio de uns 300 mil.

Explicado também por que a reforma liberou os patrões para homologar demissões diretamente com o trabalhador

“É barato demais litigar no Brasil”, disse Barroso em Londres. Pereira Brito no lugar de Gandra Filho anima os advogados trabalhistas



MARCELO CAMARGO/ABR E TST



O desmonte da
Justiça do Trabalho
contou com este
quinta-coluna

demitido, sem a presença de um sindicato que pudesse aconselhar a pessoa a buscar um advogado primeiro. “A Justiça do Trabalho é o único ramo do Judiciário a enfrentar o capital. Aqui o empregador é tratado igual ao trabalhador, este pode olhar no olho do patrão em uma audiência, se fizer isso na empresa é demitido”, diz um juiz do Tribunal Superior do Trabalho, o TST. “Essa reforma é uma vingança do capital contra o papel de 70 anos da Justiça do Trabalho.”

Em um estudo sobre esse ramo do Judiciário, Magda Biavaschi, juíza aposentada do TRT4, diz que as relações trabalhistas se caracterizam pela “assimetria” entre as partes, o trabalhador e o chefe, daí que o juiz e a lei encarregam-se de equilibrar as coisas. Foi isso que garantiu aos trabalhadores benefícios não previstos em lei, caso da chamada ultratividade. Esta previa a renovação automática das regras de uma negociação coletiva fechada entre patrão e sindicato até as partes se entenderem de novo. A reforma matou a ultratividade. Agora, empresário não precisa mais se

preocupar em fechar um acordo. Pode inclusive propor aos sindicatos condições piores e precárias. Eis uma das razões para cerca de 30% das negociações coletivas que deveriam ter sido seladas no primeiro semestre não terem sido concluídas, segundo o Dieese.

O desmonte da Justiça do Trabalho conta com uma espécie de quinta-coluna no TST, Ives Gandra Martins Filho, comandante do tribunal de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2018. O fiel da Opus Dei vê “excessos protecionistas” dos juízes trabalhistas e foi peça-chave na reforma. Para alegria de clientes e amigos do pai. Este é conselheiro da Fiesp, a federação das indústrias paulistas, e advogado de bancos. O filho continua um soldado da reforma, agora de outra forma. Em parceria com Temer, tem aparelhado o TST com juízes que pensam igual. Foi assim nas duas últimas indicações do Planalto para a Corte, Breno Medeiros, em setembro, e Alexandre Ramos, em dezembro. Consta que, em conversas internas, Gandra Filho pergunta a colegas a posição deles sobre a reforma e em

seguida emenda: “Você sabe que as nomeações aqui passam por mim”.

Um aparelhamento vital, quando se considera que o TST ainda terá de tomar decisões a respeito da reforma. Por exemplo: ela vale para contratos velhos? Ou só para novos? Uma comissão do tribunal montada em fevereiro estuda o assunto e deve chegar a uma conclusão no fim de maio, começo de junho. Alguns advogados trabalhistas estão otimistas. Inclusive porque o sucessor de Gandra Filho à frente da Corte, João Batista Pereira Brito, não parece ter a mesma paixão do antecessor pelo mundo empresarial. Em sua posse, em fevereiro, deu sinais trocados. Disse que sua prioridade é a implantação da reforma “após os necessários debates e a maturação do convencimento dos ministros na comissão”. Mas ressaltou: “Se e quando a lei estiver em conflito com a Constituição, prevalece a Constituição”.

Diante da realidade do mercado de trabalho, será um 1º de Maio triste, o de 2018, na opinião do sociólogo Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese e membro do “Conselhão”, órgão de consulta do presidente. E olha que o pior ainda está por vir, uma terceirização aos montes, diz ele. “Chegamos a um volume alto de desemprego, e os dados mostram que a recuperação do emprego que tem havido é pequena e na base da informalidade, com postos de baixa remuneração”, afirma Lúcio. “Em 2018, o mercado de trabalho vai andar de lado, igual o PIB.”

A propósito: diante da crise do mercado de trabalho, todas as centrais sindicais resolveram fazer no 1º de Maio um ato conjunto em Curitiba, na porta da cadeia onde Lula está preso. Uma unidade não vista entre elas desde o governo do ex-presidente. Se for candidato e eleito em outubro, o petista promete revogar a reforma trabalhista, submetendo-a a um referendo popular. •

